

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em _____

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Marden

Marden
para relatar.

Em 19/06/23

Marden
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DO SENHOR DEPUTADO MARDEN MENEZES, AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44 DE 2023.

EMENTA: *DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA PIAUIENSE A VERÔNICA ACIOLY DE VASCONCELOS*

I. RELATÓRIO

A proposição ora relatada versa sobre a atribuição do título de cidadania piauiense à Sra. Verônica Acioly de Vasconcelos, natural do Estado do Pernambuco.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Direito Processual pela Escola Superior do Ministério Pública, Especialista em Direito e Processo Penal pela ESAPI/UFPI, Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR, Doutora em Direito e Políticas Públicas pela UNICEUB e Docente do Curso de Direito da UNIFSA.

Atualmente é Subdefensora Pública Geral do Piauí, prestando relevantes serviços ao Estado como Defensora Pública e como Titular da 2ª Defensoria Pública do Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência em Teresina-PI.

No mais, não há qualquer registro que desabone sua honorável e ilibada trajetória.

Eis o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Em cumprimento ao disposto nos arts. 61 c/c 137 a 139, todos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, passo a emitir voto acerca da proposição sob análise, no tocante aos aspectos

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

constitucionais, legais e de legística.

Quanto à constitucionalidade e legalidade, não há vício de iniciativa, tampouco vício de natureza material, conforme depreende-se da leitura atenta dos arts. 105, inciso I, e § 5º c/c o art. 96, alínea “e” e art. 27, inciso V, alínea “g”, todos do Regimento Interno, além do art. 75, *caput* Constituição Estadual.

Quanto à legística, o projeto adotou boa técnica legislativa, nos moldes do art. 106 do Regimento Interno, não sendo merecedor de qualquer ressalva.

Ante a ausência de vícios de qualquer ordem e a inexistência de circunstâncias ou fatos que não recomendem a entrega dessa alta honraria estadual à personalidade que se pretende prestigiar, manifesto-me **pela aprovação** do Projeto do Decreto Legislativo nº 44 de 2023.

Eis o voto e suas justificativas.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação, resolve pela:

() Aprovação.

() Rejeição.



Deputado Marden Menezes

Relator na CCJ

Dep. _____

Dep. _____

Estado do Piauí



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

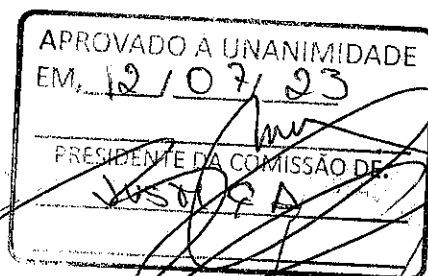
Dep. _____

Dep. _____

Dep. _____

Dep. _____

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, 26 de junho de 2023



Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br